

PRECONCEITO LINGUÍSTICO NA RELAÇÃO PROFESSOR/ALUNO:

conflitos, dilemas e experiências da docência

LINGUISTIC PREJUDICE IN THE TEACHER/STUDENT RELATIONSHIP:

conflicts, dilemmas and experiences of teaching

Laís Silva Costa¹

José Marcelo Costa dos Santos²

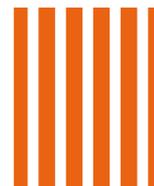
RESUMO: O presente artigo discute manifestações de preconceito linguístico na sala de aula, mostrando impactos dessa prática na relação professor/aluno. O presente artigo tem como objetivo geral desvelar manifestações do preconceito linguístico no contexto escolar e suas implicações na relação professor/aluno. Como objetivos específicos têm-se: identificar situações de preconceito linguístico em sala de aula; verificar como alunos da 2ª série do Ensino Médio de uma escola estadual do município de São Bernardo (MA) tratam a variação linguística no contexto escolar e em suas realidades cotidianas; aplicar uma oficina acerca da temática, trabalhando criticamente, sobre a importância de aprender a norma padrão e respeitar a diversidade linguística no ambiente escolar; e discutir sobre questões socioculturais em torno do preconceito linguístico. A pesquisa em questão foi embasada em teóricos como: Bagno (1999), Bortoni-Ricardo (2004), Taralho (1994), etc. O estudo, de abordagem qualitativa, compreende características de uma pesquisa-ação, tendo com técnica uma oficina pedagógica aplicada com alunos do 2º ano do Ensino Médio de uma escola pública estadual de São Bernardo (MA). Os resultados do estudo mostram que a variedade linguística quando se difere em determinado meio social, como ocorreu com a professora da turma do 2º ano, pode ser uma causa de preconceito linguístico, o que interferiu na relação entre a docente e os discentes, ratificando que essa prática deve ser extirpada nos contextos escolares e para além deles.

PALAVRAS-CHAVE: Preconceito Linguístico; Relação Professor/aluno; Variedade Linguística.

ABSTRACT: This article discusses manifestations of linguistic prejudice in the classroom, showing the impact of this practice on the teacher/student relationship. The general aim of this article is to uncover manifestations of linguistic prejudice in the school context and their implications for the teacher/student relationship. The specific objectives are: to identify situations of linguistic prejudice in the classroom; to see how students in the second year of secondary school at a state school in the municipality of São Bernardo (MA) deal with linguistic variation in the school context and in their everyday realities; to apply a workshop on the subject,

¹Licencianda em Linguagens e Códigos Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: lais.silva1@discente.ufma.br

² Doutor em Educação pela Universidade Federal do Piauí (UFPI); Professor Adjunto do Curso de Licenciatura em Linguagens e Códigos Língua Portuguesa (UFMA). E-mail: celloilha5@gmail.com



working critically on the importance of learning the standard norm and respecting linguistic diversity in the school environment; and to discuss sociocultural issues surrounding linguistic prejudice. The research in question was based on theorists such as Bagno (1999), Bortoni-Ricardo (2004), Taralho (1994), etc. The study, with a qualitative approach, has the characteristics of an action-research project, using a pedagogical workshop with students from the 2nd year of secondary school at a state public school in São Bernardo (MA). The results of the study show that the linguistic variety when it differs in a given social environment, as occurred with the teacher of the 2nd year class, can be a cause of linguistic prejudice, which interfered in the relationship between the teacher and the students, confirming that this practice must be extirpated in the context of the school.

KEYWORDS: Linguistic Prejudice; Teacher/student relationship; Linguistic Variety

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A presente pesquisa discorre sobre como o preconceito linguístico pode influenciar na relação professor/aluno na sala de aula, na dinâmica dos conflitos, dilemas e experiências da docência. Compreende-se que o meio escolar é um espaço que, além de construir conhecimento, é um ambiente em que circulam muitas variantes das formas de falar, ocasionando, às vezes, estranheza entre uma variedade em detrimento de outra.

A proposta deste artigo é fruto de experiências vivenciadas durante as regências de duas etapas do Estágio Obrigatório, nas turmas de Ensino Fundamental (9º ano, Estágio II) e Ensino Médio (1º ano, Estágio III), em que foi verificado expressivamente que os alunos se acomodaram com a própria ilusão de que um sotaque é um caminho aberto para zombaria e desrespeito, inclusive em atribuição à professora, considerando que este estudo se refere às relações entre uma docente, de naturalidade carioca, e discentes maranhenses.

É prazeroso receber elogios por ter um sotaque específico, o “carioca”, por exemplo, mas tudo se desconstrói ao se perceber que o fato de se ter uma marca de linguagem diferente da maioria faz com que o docente perca o respeito na sala de aula. Verificou-se este cenário quando, durante alguns dias de regência, houve momentos em que os alunos agiram de forma preconceituosa desrespeitando a professora de Língua Portuguesa, porque a mesma falava “diferente” da variação expressa pelos discentes.

A diferença principal era uma característica fonética bastante expressiva no dialeto do Rio de Janeiro – a ditongação de vogais acentuadas antes do (s) final, a saber: “rapais” (rapaz), “déis” (dez), fazendo com que seja transmitida uma espécie de “chiado” na produção de palavras terminadas com o (s) final. Sobre esta característica, Cuesta e Luz (1971, p. 129) explicam:

A palatalização do s, z ou x finais, que se realiza no Rio de Janeiro como no português normativo europeu, embora seja mais geral no Brasil a antiga pronúncia sibilada não é sentida no plebeísmo. Nas palavras agudas produz-se, além disso, na capital carioca a ditongação em (i̯) da vogal tônica, ditongação que talvez seja motivada pela palatalização da sibilante, mas que talvez ocorra

inclusivamente quando esta, em fonética sintáctica, deixa de ser palatal. Assim, por exemplo: paz, Port. (áʃ), Bras. (ái ʃ); revés, Port. (éʃ), Bras. (éi ʃ), giz, Port. (íʃ), Bras. (ii ʃ); bombons, Port. (õʃ), Bras. (õi ʃ); alguns, Port. (ũʃ), Bras. (ũi ʃ); ananás e uva, Port. (áz- i -ú), Bras. (ai z- i -ú).

É necessário, portanto, que haja uma discussão maior a respeito das variações de linguagem na Educação Básica já que o tema é trabalhado no 6º ano do Ensino Fundamental, em seguida no 1º ano do Ensino Médio e revisado no 3º ano desta mesma etapa de ensino, por meio da avaliação SAEB³ (tópico 6 - variação linguística, descritor 13: identificar as marcas linguísticas que evidenciam o locutor e o interlocutor em um texto).

Percebe-se que o maior foco que predomina nas aulas de Português, salvo as exceções, ainda é o ensino da língua de forma tradicional, ou seja, o aprendizado das estruturas gramaticais de forma mecânica, sem contextualização com a realidade dos falantes e, conseqüentemente, distante de discussões como o fenômeno das variações no cotidiano escolar e para além dele.

Certamente, esse método tende a contribuir com a progressão do preconceito linguístico. O âmbito escolar se tornou praticamente uma arena de batalhas, em que alunos se defendem dos “leões” da norma culta, que os atacam de várias maneiras, dificultando o ensino e a aprendizagem desses estudantes, que sobrevivem ou acabam resistindo “à força” às dificuldades enfrentadas nos embates entre a norma padrão e forma que cada um traz de suas experiências linguísticas.

A necessidade de trabalhar a temática “Preconceito Linguístico”, portanto, tem como intuito explicar que dialetos e/ou sotaques não são portas abertas para brincadeiras, deboches e desrespeito, ao contrário, são manifestações de formas específicas de uma comunidade linguística se comunicar. Por isso, se faz necessária a discussão da seguinte questão norteadora: como a variação linguística se torna motivo de preconceito, afetando a relação professor/aluno no contexto escolar?

O presente artigo tem como objetivo geral desvelar manifestações do preconceito linguístico no contexto escolar e suas implicações na relação professor/aluno. Como objetivos específicos têm-se: identificar situações de preconceito linguístico em sala de aula; verificar como alunos da 2ª série do Ensino Médio de uma escola estadual do município de São Bernardo (MA) tratam a variação linguística no contexto escolar e em suas realidades cotidianas; aplicar uma oficina acerca da temática, trabalhando criticamente, sobre a importância de aprender a norma padrão e respeitar a diversidade linguística no ambiente escolar; e discutir sobre questões socioculturais em torno do preconceito linguístico.

A pesquisa em questão está organizada da seguinte forma: introdução, na qual se destaca o objeto de estudo, justificativa, problemática e objetivos; a fundamentação teórica, que engloba aportes sobre variação e preconceito linguístico no âmbito escolar; a metodologia, as análises e resultados e, por fim, as considerações finais e referências.

2. LINGUAGEM, VARIAÇÃO E PRECONCEITO LINGUÍSTICO

Compreende-se que a linguagem é um sistema de comunicação humano que envolve a capacidade de expressar e compreender ideias, pensamentos e emoções, por meio de símbolos e

³Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB)

regras convencionais. É uma habilidade inata dos seres humanos e é considerada uma das características distintivas da espécie humana.

De acordo com Petter (2002, p.11), “a linguagem é relativamente autônoma; como expressão de emoções, ideias, propósitos, no entanto, ela é orientada pela visão de mundo, pelas injeções da realidade social, história e cultural de seu falante”. A linguagem permite que os indivíduos se comuniquem de maneira complexa e abrangente, transmitindo informações, compartilhando conhecimento e estabelecendo conexões sociais.

É um fenômeno complexo e multifacetado, que por muitos anos vem sendo pesquisada por diversas áreas do conhecimento, como a Linguística, a Psicologia, a Antropologia, Gramática Normativa e a Filosofia. A linguagem é o principal canal de comunicação dos indivíduos em seu contexto, sendo a língua a ferramenta fundamental da linguagem.

Em toda língua existe, obviamente, variações autônomas e livres das influências, isto significa que nenhuma língua é estruturada do mesmo jeito em todas as regiões do mundo, sendo assim, entende-se que nem todos os indivíduos falam a própria língua de forma igualitária e uniforme.

Deve-se entender também que a língua é viva e que sempre estará em processo de mudanças e em constante renovação, ou seja, ela não é estática em apenas um único conceito, as variações ocorrem em todas as suas circunstâncias. Portanto, para Bagno (2009, p.61) “pode ser de ordem morfossintática, sintática, fonético-fonológica, semântica, lexical, estilístico-pragmática”. Por isso, as variações linguísticas, embora tenham suas particularidades, devem cumprir as regras gramaticais da língua padrão.

De acordo com o pensamento de Antunes (2007, p.104), “a língua só existe em sociedade, e toda sociedade é inevitavelmente heterogênea, múltipla, variável e, por conseguinte, com usos diversificados da própria língua”. Ou seja, as línguas variam e, conseqüentemente, considerando que não há uma única comunidade, os falantes não se comunicam da mesma forma.

Não se deve pensar que o funcionamento da língua é uma articulação homogênea, falada da mesma forma em todas as regiões, tampouco se deve titular as variações como um erro. A escola deve ajudar os alunos a compreenderem como ocorrem as manifestações e variações linguísticas em seus conteúdos, tornando-os familiarizados e cientes sobre o respeito com cada tipo de articulação da língua.

Compreende-se que, a língua precede a fala, isto é, a língua é um sistema socialmente estabelecido, que existe independentemente dos indivíduos, enquanto a fala é uma manifestação individual e particular desse sistema. A língua é adquirida pelos falantes através da interação social e do processo de aprendizagem, enquanto a fala é a utilização concreta e contextualizada desse sistema linguístico, em outros termos, a fala abrange aspectos como pronúncia, entonação, ritmo e fluência, permitindo que os indivíduos expressem suas intenções comunicativas e transmitam mensagens verbais em tempo real, sendo influenciada por fatores individuais, como sotaque, estilo pessoal e habilidades comunicativas.

Segundo Terra (2008, p. 59), “A fala, por ser a realização concreta da língua, representando sua diversidade, evolui a cada instante, acompanhando as transformações da sociedade”. Em suma, a linguagem é o sistema amplo de comunicação humana, a língua é uma manifestação específica desse sistema compartilhada por uma comunidade linguística e a fala é a expressão individual e concreta da língua, seja na modalidade oral ou em outras formas de comunicação.

Esses conceitos estão interconectados e desempenham papéis essenciais na capacidade do falante de se comunicar e compreender seus interlocutores. Assim, se toda a comunidade humana vive em constante evolução com seus valores e ideias, é compreensível que se torne um processo normal mudanças nas formas de comunicação.

1.1 Variação de linguagem e preconceito linguístico no contexto escolar

Entende-se que a existência de variações mostra que há diferentes pronúncias e que há constante evolução e mutações nas formas de falar e articular o idioma. Faraco e Zilles (2017, p. 31) afirmam que: “nenhuma língua é homogênea e uniforme; todas as línguas são heterogêneas e multiformes”, pois em todas as línguas, existem variações que podem surgir devido a uma série de fatores, incluindo regionalismo, nível de formalidade, contexto social, idade dos falantes, entre outros.

Segundo Mollica (2010), a Sociolinguística é o estudo da relação entre a linguagem e a sociedade. Ela se concentra na forma como os aspectos linguísticos variam e são influenciados por fatores sociais, como classe social, gênero, etnia, idade, educação, geográfica, estilística, dentre outros aspectos. Além disso, a Sociolinguística busca compreender como as variações linguísticas são percebidas e avaliadas pelas comunidades de falantes. Como afirma Camacho (2011), quando se refere que:

[...] toda língua comporta variantes: (i) em função da identidade social do emissor; (ii) em função da identidade social do receptor; (iii) em função das condições sociais de produção discursiva. Em função do primeiro fator, pertencem as variantes que se podem denominar dialetais em sentido amplo: variantes geográficas e socioculturais. Em função do segundo e do terceiro fatores, pertencem as variantes de registro ou estilísticas. Referem-se ao grau de formalidade da situação e ao ajustamento do emissor à identidade social do receptor (Camacho, 2011, p.58).

No âmbito da Variação Linguística, Mollica (2010, p. 12) afirma que “todo sistema linguístico se encontra permanentemente sujeito à pressão de duas forças que atuam no sentido da variedade e da unidade” tais forças que ocorrem por meio de dois eixos: no eixo diatópico e no eixo diastrático. O primeiro eixo refere-se às variações linguísticas geográficas, enquanto o segundo eixo se refere às variações linguísticas sociais. Ambos os eixos são fundamentais para a Sociolinguística, já que ajudam a compreender como a língua é usada em diferentes contextos e por diferentes grupos de falantes.

Na variação diatópica, o estudo envolve a análise de como as características linguísticas variam de um lugar para outro e como essas variações geográficas podem ser mapeadas e explicadas. Compreende-se que o português brasileiro é emitido em distintas formas em diversas regiões e Bagno (2010) aponta exemplos de como acontecem as diferenças nas falas de indivíduos que residem em regiões opostas.

Segundo a linha de raciocínio desse linguista, “Qualquer brasileiro de outra região que chega a São Paulo não demora a perceber que os paulistas pronunciam bolacha, mostarda, pepino, fedido, quando muitos outros brasileiros pronunciam bulacha, mustarda, pipino, fidido” (Bagno, 2010, p. 95).

A variação diastrática, por sua vez, está relacionada à variação linguística social, se concentrando nas diferenças linguísticas que ocorrem com base em fatores sociais, como classe social, gênero, idade, educação e outros aspectos sociodemográficos. “[...] são exemplos típicos de variação social: a vocalização do -lh- > -i- como em mulher/muié; a rotacização do -l- > -r- em encontros consonantais como em blusa/brusa; [...] a concordância nominal e verbal como em os meninos saíram cedo/ os menino saiu cedo” (Görski; Coelho, 2009, p. 77).

Quando um carioca conversa com um maranhense, por exemplo, nesse canal há uma linguagem mais correta que a outra? Esse rótulo tem que ser modificado e explicado de forma inclusiva sem desvalorizar uma linguagem, mostrar que não um modo de falar mais correto que o outro. Vale notar que atualmente as percepções sobre a variedade linguística estão bastante avançadas, percebe-se que não existe uma fala certa ou errada, há variação formal e informal.

Dessa forma, existem várias formas de se expressar por meio da fala, logo, estas não devem ser consideradas formas incorretas. Isso deve ser enfatizado constantemente, principalmente no meio educacional, fazendo com que os alunos entendam que a variação linguística é um processo evolutivo que se compõe nos reflexos das variações regionais, sociais, grau de escolaridade, gênero, etc.

É importante ressaltar ainda, em relação à variação linguística, que há uma disputa intensa entre: o que é padrão e o tido não padrão; da forma inovadora e conservadora; do dialeto prestigiado e estigmatizado, uma disputa que está ligada, geralmente, ao preconceito imposto pela sociedade. Tarallo (2007, p. 12) diz que:

Em geral, a variante considerada padrão é, ao mesmo tempo, conservadora e aquela que goza do prestígio sociolinguístico na comunidade. As variantes inovadoras, por outro lado, são quase sempre não padrão e estigmatizadas pelos membros da comunidade. Por exemplo, no caso da marcação de plural no português do Brasil, a variante [s] é padrão, conservadora e de prestígio; a variante [ɕ], por outro lado, é inovadora, estigmatizada e não padrão.

Bagno (1999), ao se dedicar ao estudo do preconceito linguístico no Brasil percebe que existe uma confusão em relação à língua falada e à escrita. Professores e alunos devem diferenciar uma da outra, compreendendo que quando se trata da fala não existe maneira correta e engessada, há múltiplas maneiras possíveis. Esse tipo de confusão, ou seja, a interrupção na forma de falar do aluno e em sua forma de articular oralmente em sociedade “interrompe o fluxo natural da expressão e da comunicação, cuja consequência inevitável é a criação de um sentimento de incapacidade e incompetência” (Bagno, 1999, p. 133).

A partir destas concepções, pode-se perceber que é por meio dessas indagações de como falar de modo padrão ou não padrão, do prestigiado ou pelo estigmatizado, entre outros, que se pode ver o surgimento do preconceito linguístico, o qual se manifesta na forma de como as pessoas julgam e tratam as pessoas que falam de maneira diferente. Esses falantes são taxados como inferiores, menos educados ou menos capazes devido às suas particularidades linguísticas.

O preconceito linguístico está ligado, em boa medida, à confusão que foi criada, no curso da história, entre língua e gramática normativa. Nossa tarefa mais urgente é desfazer essa confusão. Uma receita de bolo não é um bolo, o molde de um vestido não é um vestido, um mapa-múndi não é o mundo... Também a gramática não é a língua. A língua é um enorme iceberg flutuando no mar do

tempo, e a gramática normativa é a tentativa de descrever apenas uma parcela mais visível dele, a chamada norma culta. Essa descrição, é claro, tem seu valor e seus méritos, mas é parcial (no sentido literal e figurado do termo) e não pode ser autoritariamente aplicada a todo o resto da língua — afinal, a ponta do iceberg que emerge representa apenas um quinto do seu volume total. Mas é essa aplicação autoritária, intolerante e repressiva que impera na ideologia geradora do preconceito linguístico (Bagno, 2009, p. 9).

O preconceito linguístico é a estigmatização, hostilidade ou desvalorização de um modo de falar em relação a outra, com base em crenças infundadas sobre sua inferioridade ou inadequação. Todo e qualquer tipo de preconceito conduz a um deserto sombrio, no qual a vítima se sente sozinha e sem salvação, buscando entender o porquê da sua diferença no mundo, acaba que se exclui de qualquer contexto social. É preciso que todos nós, professores e alunos, usuários da língua portuguesa não perca a essência da nossa identidade linguística.

Os indivíduos vitimizados pelo preconceito são atingidos em diferentes níveis de humilhação e sofrimento, que interferem na totalidade de suas vidas, em sua subjetividade e sociabilidade, acarretando prejuízos físicos, emocionais, psicológicos, que podem se objetivar de forma mais ou menos violenta. Entre outros elementos, isso se explica especialmente porque o preconceito se traduz pela negação daquilo que constitui centralmente sua identidade como sujeito (Barroco, 2016, p. 19).

A discriminação linguística pode chegar a um nível crítico que pode afetar todo o processo cognitivo de quem está sofrendo a ação, provocando até mesmo a exclusão do indivíduo em seu meio social. Este caso circula muito nos ambientes escolares e deve ser tratado com cautela, para que os alunos compreendam que uma variedade linguística é além de ser um “falar diferente”, pois cada variedade carrega uma cultura, costumes e história, e precisa ser valorizada. Outra questão importante que o preconceito linguístico se torna predominante, é no modo de falar “certo” ou “errado” conforme a língua padrão.

De acordo com Bagno (2015), os preconceitos também se constituem com base na gramática tradicional. O fato de uma minoria ter acesso a essa gramática, sendo ela considerada exemplar, faz com que todos aqueles que não dominam a norma culta sejam mal vistos. Ao pensar na língua enquanto gramática abre um leque de discriminação, já que a gramática carrega valores que podem ser considerados como “certos” ou “errados”, casos que não ocorrem na fala.

Esse autor afirma que “As gramáticas foram escritas precisamente para descrever e fixar como “regras” e “padrões” as manifestações linguísticas [...] a gramática normativa é decorrência da língua, é subordinada a ela, dependente a ela” (Bagno, 2015, p. 94). É necessário que no ambiente escolar, os docentes ensinem a gramática, mas deixando claro que a língua é um sistema vivo e que estar em uma incansável transformação.

O preconceito linguístico se dá, também, em decorrência do preconceito social e cultural. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN):

Muito preconceito decorre do valor atribuído às variedades padrão e ao estigma associado às variedades não-padrão, consideradas inferiores ou erradas pela gramática. Essas diferenças não são imediatamente reconhecidas e, quando o

são, são objeto de avaliação negativa. Para cumprir bem a função de ensinar a escrita e a língua padrão, a escola precisa livrar-se de vários mitos: o de que existe uma forma “correta” de falar, o de que a fala de uma região é melhor do que a outras, o de que a fala “correta” é a que se aproximada língua escrita, o de que o brasileiro fala mal o português, o de que o português é um língua difícil, o de que é preciso “consertar” a fala do aluno para evitar que ele escreva errado. Essas crenças insustentáveis produzem uma prática de mutilação cultural [...] (Brasil, 1997, p.31).

Outro documento de suma relevância e que também trata a importância do manejo da variação e do preconceito linguístico no contexto escolar é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que “está orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva (...)” (BRASIL, 2017, p.7). Ou seja, o documento orienta sobre a realidade da língua, que é heterogênea e rica de história e cultura, afastando a concepção da educação tradicional que existe um modelo linguístico, que é seguir à risca a gramática normativa para poder se comunicar de modo “correto”, trabalhando com base na competência 4^a específica de Língua Portuguesa no ensino fundamental.

Atualmente, percebe-se que a Sociolinguística vem tomando espaço em vários âmbitos na sociedade, principalmente nas escolas. O professor que considerar a BNCC como ferramenta principal para práticas pedagógicas vai estar sempre um passo à frente da evolução educativa, pois o mesmo desenvolve em seus alunos questões sobre o respeito, conscientização, pluralidade e amadurece o pensamento crítico para a plena consciência de seus atos e suas consequências. Sendo assim, é necessário que o docente reconheça que em nosso país há uma grande diversidade linguística e que devemos valorizar a identidade de qualquer indivíduo.

2.2 O papel do professor no enfrentamento ao preconceito linguístico

A partir dos conhecimentos obtidos nestes documentos, é essencial abordar a temática no ambiente escolar. É evidente que o professor seja capacitado e que esteja atualizado acerca dos documentos fundamentais para o desenvolvimento da excelência de suas práticas docentes. Sendo assim, Bortoni-Ricardo (2004) orienta como o docente deve agir de forma específica para que o aluno consiga compreender como identificar a diferença e se conscientizar da mesma.

É preciso conscientizar o aluno quanto às diferenças para que ele possa começar a monitorar seu próprio estilo, mas essa conscientização tem de dar-se sem prejuízo do processo de ensino/aprendizagem, isto é, sem causar interrupções inoportunas (Bortoni-Ricardo, 2004, p. 42).

O dinamismo que o professor for aplicar em sala precisa ter a intenção de sensibilização, ou seja, provocar os alunos sobre determinado problema que surgir em seu ambiente escolar, tornando-os preparados para identificar se há alguma manifestação de discriminação entre seus colegas.

⁴BNCC: Competência específica de língua portuguesa ensino fundamental: 4. Compreender o fenômeno da variação linguística, demonstrando atitude respeitosa diante de variedades linguísticas e rejeitando preconceitos linguísticos.

Para tanto, é imprescindível que os professores atuem conforme orientam a BNCC e os PCNs, deixando explícito para seus alunos que há diversas formas linguísticas circulando em seu cotidiano, entre elas a norma padrão e seu próprio dialeto. É fato que alguns docentes não conseguem trabalhar, satisfatoriamente, temáticas voltadas à variação e ao preconceito linguístico, já que muitos materiais didáticos não discutem a contento tais fenômenos.

Conforme a concepção de Bagno (2009), diversos materiais didáticos tratam a variação linguística em três âmbitos: regional, rural e escolaridade inferior, como se os indivíduos que residem nas cidades e tem escolaridade completa tivessem a linguagem mais correta. Tal crítica pode ser exemplificada nas tiras sobre variação linguística do Chico Bento, poemas de Patativa do Assaré e os sambas de Adoniram Barbosa, por exemplo.

Trabalhar as variações linguísticas por meio dos gêneros textuais (tiras, músicas, poemas, e etc.) facilita na compreensão dos alunos sobre o reconhecimento dos múltiplos perfis linguísticos, estimulando o pensamento crítico e a visão de mundo dos mesmos, assim proporcionando um real entendimento do que seja a língua e suas faces, tornando o aluno capaz de distinguir o uso adequado e inadequado dentro da linguagem e como utilizar corretamente em cada situação.

Vale realçar que Faraco (2008) também expõe que não são apenas os materiais didáticos que têm esse déficit pedagógico, também se encontra esta ausência em testes de avaliação como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e no próprio Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

Nos livros, os fenômenos de variação são ainda marginais e maltratados (são abordados tendo a cultura do erro como pano de fundo). Quando se fala em variedades da língua, predominam referências à variação geográfica [...]. No entanto, os fenômenos são aqui apresentados muito mais de uma maneira anedótica do que como expressões linguísticas da história das comunidades de cada região (FARACO, 2008, p.177).

Com a evolução das práticas pedagógicas, busca-se cada vez mais por profissionais que estejam dispostos a compartilhar o conhecimento de forma que os alunos sejam os protagonistas no processo de aprendizagem. O foco é conhecer o aluno, saber como mediar o conhecimento, utilizar metodologias que tornem a aula um ambiente favorável à aprendizagem, de modo que conflitos com o preconceito linguístico sejam trabalhados e resolvidos.

o preconceito deriva de uma falta de reflexão diante da realidade, [e, por esse motivo,] precisamos, necessariamente, voltar-nos à educação, posto que, principalmente por sua via, é possível trazer os indivíduos à consciência sobre esse mecanismo (Pinheiro, 2011, p. 225).

O professor deve trazer para a sala de aula assuntos que façam com que os alunos reflitam e sejam críticos em suas próprias concepções. Deve fomentar o respeito na sala de aula, discutir as variações linguísticas enfatizando todos os aspectos da fala, sempre fazendo essa conexão com as esferas social, econômica e cultural do aluno, sem deixar de ensinar a norma padrão da Língua Portuguesa.

As escolas devem ter liberdade e capacidade de dispor metodologias que abordem as variações da linguagem, mas sem menosprezar e desvalorizar esses fenômenos linguísticos. A

valorização da pluralidade cultural e a rejeição aos preconceitos linguísticos são valores que precisam ser cultivados a partir primeiros contatos com a educação formal.

Assim, é crucial que haja a construção de metodologias em torno da variação linguística, mostrando aos alunos sua relevância para a socialização entre os falantes e treinando-os a identificar quando houver discriminação, deboche ou qualquer ato que diminua uma determinada variante. Essas práticas ativas podem transformar alunos e torná-los capazes de lidar com respeito às variantes existentes ao seu redor, entender que é essencial essa heterogeneidade da língua.

3 METODOLOGIA

Este estudo se caracteriza como uma pesquisa de abordagem qualitativa. Na concepção de Prodanov (2013, p.70), a pesquisa qualitativa “não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte para a coleta de dados e o pesquisador é instrumento-chave”, ou seja, o ponto inicial da pesquisa é analisar os dados de forma subjetiva, compreendendo que o processo e os resultados são fundamentais para a abordagem. Prodanov (2013, p. 70) defende que:

Os dados coletados nessa pesquisa são descritivos, retratando o maior número possível de elementos existentes na realidade estudada. Preocupa-se muito mais com o processo do que com o produto. Na análise de dados coletados, não há preocupação em comprovar hipóteses previamente estabelecidas, porém estas não eliminam a existência de um quadro teórico que direcione a coleta, a análise e a interpretação dos dados.

Foram desenvolvidas ainda, uma pesquisa bibliográfica e uma pesquisa-ação. Segundo Gil (2002, p. 44), o estudo bibliográfico é desenvolvido “com base em materiais já elaborados, constituídos de livros e artigos científicos”. Assim, esta pesquisa serviu como base teórica de investigação da pesquisa.

A partir das experiências vividas nas regências durante os estágios, foi deduzido que haveria necessidade de uma pesquisa-ação, já que foi encontrado um problema que estava afetando a relação professor/aluno e, conseqüentemente, o processo de ensino e aprendizagem. Segundo Lewin (1978, p.216), a pesquisa-ação é “um tipo de pesquisa de ação, uma pesquisa comparativa acerca das condições e resultados de diversas formas de ação social e pesquisa que leva à ação social”. Ou seja, o psicólogo nos mostra que o objetivo fundamental da pesquisa-ação é a investigação teórica, mas também a resolução de tais problemas.

Como técnica de estudo desenvolveu-se a proposta de aplicação de uma oficina pedagógica com alunos de duas turmas⁵ da 2ª Série do Ensino Médio, turno vespertino, em uma escola estadual no município de São Bernardo – MA. A referida instituição, atualmente, não está funcionando em seu prédio de origem, por estar em processo de reforma. Assim, a escola em questão está funcionando em um prédio que acolhe mais duas escolas, do ensino Fundamental I e outra do Ensino Médio, totalizando três escolas em um único e pequeno prédio.

⁵Na escola, no turno vespertino, há duas turmas da 2ª Série do Ensino Médio, sendo nomeadas pelas numerações 200 e 201.

A oficina foi elaborada para 25 alunos por turma. Com o tema “Um olhar para o preconceito linguístico: conflitos e dilemas”, a oficina foi estruturada de forma que os alunos pudessem compreender a temática principal e ampliassem suas visões sobre as discriminações e preconceitos em torno das formas de linguagem.

De acordo com Vieira e Volquind (2002, p.11), “as oficinas propiciam espaço para aprender com dinamismo. Existe uma cumplicidade entre os alunos, o professor e o recurso instrucional, permitindo a construção do conhecimento”. Nesse sentido, por meio das oficinas foi compartilhado o principal objetivo da pesquisa e, também, recolhidas as informações conclusivas sobre o problema em questão.

A oficina abordou temas de suma importância para que os alunos compreendessem o processo da linguagem normativa até o desenvolvimento do preconceito linguístico. Primeiramente foram explanados aspectos sobre a língua padrão, que é a variedade da língua oficialmente ensinada nas escolas.

Para introduzir o tema Variação Linguística, utilizou-se um quadrinho, explicando que a língua muda e sempre estará em constante evolução no tempo. A partir dessa introdução foram apresentados os tipos de variações existentes no dia a dia, sendo elas: geográfica, histórica, social e estilística. Por fim, com auxílio de duas tirinhas, foi explicado o assunto principal: Preconceito Linguístico, exemplos que mostram expressivamente a agressividade do preconceito em ação, que pode ocorrer em uma simples conversa ou até mesmo na relação professor/aluno no momento de aula.

Após o momento teórico da oficina, foram apresentados dois vídeos em torno da temática para os alunos: AMPLIFICA por Emicida – preconceito linguístico no dia a dia, do Natura Musical, no qual o Rapper Emicida dá sua opinião crítica sobre o tema, com o seu sotaque paulista e cheio de gírias; e Sotaques, de Whindersson Nunes, que trata das variações linguísticas com um tom humorístico, tornando a oficina pedagógica mais descontraída sem fugir do objetivo.

Para obter os resultados esperados para a análise de dados desta pesquisa foi entregue para os alunos uma pequena ficha com duas perguntas discursivas: Por que eu preciso estudar e aprender a norma-padrão? Por que preciso respeitar a quem não segue a norma-padrão? Após os alunos responderem a ficha de perguntas foi aplicada uma dinâmica do Joinha, como forma de avaliação da oficina: os alunos que gostaram da aula deveriam colocar a mãozinha com o polegar para cima com um “curti”, caso contrário colocariam a mãozinha com o polegar para baixo que seria “não curti”.

Portanto espera-se que os alunos compreendam que a língua é viva, e sempre estará em constante evolução, em desenvolvimento por meio das culturas e realidade vivida, permitindo que os indivíduos possam se comunicar em seu meio social. Assim, o intuito é fazer com que o aluno entenda que uma variante diferente em seu meio não pode ser alvo de críticas e exclusão, ele tem que promover atitudes inclusivas, de respeito e empatia. A oficina transparece essas concepções, do quanto um comentário ou atitude negativa pode atrapalhar no perfil cognitivo de quem é alvo de discriminação linguística.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Ao discutir sobre as manifestações do preconceito linguístico, na oficina “Um olhar para o preconceito linguístico: conflitos e dilemas”, se pode observar como os alunos não têm

dimensão de como o preconceito pode implicar no processo cognitivo de quem sofre tal ação, podendo interferir no comportamento, afetando o sistema emocional, as relações comunicativas no ambiente escolar, entre outros.

Essas concepções confirmaram que, no ambiente escolar, os alunos levam ações de preconceito de linguagem como atos “de esportiva” e como brincadeiras, não tendo noção de que determinadas atitudes podem ser consideradas discriminação. A seguir, apresentam-se os resultados do estudo.

4.1 Oficina pedagógica

A oficina pedagógica foi pensada e desenvolvida de forma leve e descontraída, para que os alunos compreendessem os fenômenos de linguagem da sua realidade. Antes de dar início ao assunto, indagou-se aos alunos sobre a temática, verificando se já tinham ouvido falar, se já haviam estudado o tema ou algo do tipo. A maioria da turma respondeu de forma negativa balançando a cabeça.

Apenas uma aluna (Turma 200) levantou a mão e disse: “é quando uma pessoa faz *bullying* com o modo de falar de outra pessoa”. Com essa resposta, pediu-se para que a aluna desse um exemplo, ela pensou e disse que poderia ser pelo sotaque ou o modo de falar “certo” ou “errado”. Por meio da resposta da aluna foi introduzida a aula, em que a professora pesquisadora explicou que não existe um modo de falar certo ou errado, existem variações na forma de expressar a língua falada ou escrita.

De acordo com Tarallo (1994, p.11), “uma manifestação linguística que não estabelece esse triângulo, ou seja, escola-gramática-dicionário é considerada errada, feia, deficiente”. Concepção que tem grande peso no contexto escolar, visto que é um ambiente em que circulam muitas culturas, de diferentes faixas etárias e visões de mundo. Os alunos devem compreender que a língua-padrão não é um modo que devemos seguir à risca, mas a forma mais adequada de se comunicar com precisão, sem abandonar outras variantes da língua materna.

Nesse ensejo, compreende-se que a variação linguística é uma característica natural de todas as línguas e não deve ser considerada uma forma de erro linguístico. Bagno (1999, p.122) reforça que “ninguém comete erros ao falar sua própria língua materna, assim como ninguém comete erros ao andar ou ao respirar”, a mesma enriquece a expressividade e a diversidade linguística, refletindo a riqueza cultural e social de uma sociedade.

Foi expressiva a forma como os alunos interagiram nesse momento da oficina, ao se depararem com a diversidade linguística que circula entre eles. Para que compreendessem o tema com mais leveza, foi iniciada uma conversa sobre a variação geográfica, enfatizando como o nome de um alimento pode variar de acordo com a cultura e região.

Na ocasião, foram mostrados exemplos simples como: no Maranhão, a macaxeira é comestível, porém, a mandioca não é comestível, mas ao ser processada produz a farinha de puba, sendo que o aipim não existe; no Rio de Janeiro, por sua vez, não há macaxeira ou mandioca, apenas o aipim.

Após esse momento de conversa, foi mostrada para os alunos uma tirinha que serviu como introdução ao tema principal da pesquisa – preconceito linguístico. A tirinha, de Maurício de Sousa, apresenta uma conversa da personagem Chico Bento com sua professora, evidenciando as variações de fala.

Figura 1: Tirinha da história “Chico Bento em Bom Português”



Fonte: Site Qconcursos

A tira mostra que há preconceito até mesmo na relação professor/aluno e que determinada atitude ocorre no cotidiano, portanto, necessita ser reparada imediatamente. Em relação aos sujeitos da pesquisa, pode-se notar que a maioria dos alunos acredita que os professores estão em sala para obrigá-los a seguir, à risca, a língua culta. Essa concepção não pode ser predominante nas relações de sala de aula.

Compreende-se que o papel da escola e dos docentes é dispor de metodologias que agucem o respeito à diversidade linguística, como apontavam os PCN (Brasil, 1998, p. 26), “a questão não é falar certo ou errado, mas saber qual forma de fala utilizar, considerando diferentes características do contexto de comunicação. Saber adequar ajustar a linguagem às diferentes situações comunicativas”.

No momento da apresentação dos vídeos foi notado que os alunos se mostraram curiosos sobre o assunto. Durante a exibição do vídeo do Emicida, a turma começou a interagir mais. Os discentes comentaram a forma como o *rapper* se expressou sobre o assunto, identificando inclusive o uso das gírias (linguagem popular entre os alunos), compreendendo a importância de se falar sobre a diversidade do português brasileiro. Já com o Vídeo do humorista Whindersson Nunes, os alunos sorriram muito e notaram como o Brasil carrega uma diversidade linguística imensa e que deve ser valorizada constantemente.

Neste momento teórico da oficina, foi marcante como os alunos não tinham dimensão sobre a importância da diversidade linguística, e como pode afetar negativamente nas circunstâncias que há críticas e desrespeito. Quando a explicação foi por meio de tirinhas, a turma participava mais e, como forma de exemplo, relatava atitudes que já presenciara, com as trocas de ideias os alunos conseguiram identificar que a própria professora era vítima de preconceito linguístico por eles mesmos e que em momentos de leitura a professora não lia mais porque muitos alunos repetiam com um tom irônico e com risadinhas, atrapalhando o bom andamento da aula.

A partir dessas reflexões e depoimentos, entendemos que a oficina tomou o rumo que foi planejado com excelência, a iniciativa dos alunos em dar exemplos e compreender que sua

professora de Língua portuguesa estava sendo alvo de preconceito, fez entender que a técnica utilizada foi executada conforme o planejado e obteve resultados iniciais que superaram o que era esperado.

4.2 Análise das fichas aplicadas

Bortoni-Ricardo (2004, p.78) orienta que “compete à criatividade da escola as práticas de diferentes casos do uso da língua”, ou seja, trabalhar a língua materna a partir de coerentes metodologias, na intenção de formar um aluno capaz de desenvolver sua própria competência comunicativa, podendo utilizá-la com segurança para respeitar e interagir em seu meio social.

Seguindo a linha de raciocínio da autora em questão, para obter os resultados da oficina, fez-se uso de uma ficha com apenas duas perguntas discursivas, para extrair quais as concepções dos alunos acerca do aprendizado da norma-padrão, no sentido de levá-los à reflexão sobre a questão do preconceito linguístico. Apresenta-se abaixo o resultado de cinco fichas, que foram selecionadas com base na elaboração precisa das respostas, para ilustração e análise.

Tabela 01 – Visão dos alunos sobre o aprendizado da língua

Colaboradores	Por que eu preciso estudar e aprender a norma-padrão?
Aluno 01	<i>“Para que eu possa me expressar de forma correta e adequada em algumas situações”.</i>
Aluno 02	<i>“Para poder entender mais sobre a outra forma, e ajudar no nosso dia a dia”.</i>
Aluno 03	<i>“Porque todos nós devemos respeitar, para poder se encaixar no padrão da sociedade”.</i>
Aluno 04	<i>“Porque facilita a comunicação com outras pessoas, e fica até mais bonito e elegante falarmos da forma adequada”.</i>
Aluno 05	<i>“Para eu poder me comunicar formalmente ou for relatar/ escrever algo claramente”.</i>

Fonte: Elaborada pela pesquisadora com base nas fichas

A maioria dos alunos dos partícipes respondeu que é de grande relevância aprender a norma padrão, contudo, desde o início da abordagem do tema, foi notado que a turma carrega uma visão que existe a forma de falar “certa” ou “errada”. Os alunos compreendem que aprender a variedade culta ajuda no desenvolvimento linguístico e na comunicação em situações adequadas, atribuindo esta variação ao uso “correto” da fala, em detrimento de que as outras formas são consideradas erradas.

A escola pode ser a grande vilã dessa concepção, como é demonstrada na tirinha do Chico Bento, em que a própria professora considera que o modo de falar da personagem é totalmente errado. Possenti (2008, p.17) aponta que “nada será resolvido se não mudar a concepção de língua e de ensino na escola”, ou seja, os professores e a escola precisam redimensionar as práticas pedagógicas em torno do ensino do português, seguindo a orientação do trato da língua em suas várias dimensões, a partir de contextos reais de aprendizagem.

Os PCN esclarecem que o preconceito “deve ser enfrentado como parte do objetivo educacional mais amplo de educação para o respeito à diferença”(Brasil, 1998, p.31). Um dos compromissos da escola é formar indivíduos dignos de se comportarem com empatia e harmonia em sociedade, de modo a compreender a língua em suas diversas dimensões comunicativa, sendo formais ou informais, para que não desenvolvam concepções preconceituosas.

Sendo assim, o papel do docente é propiciar ao aluno uma visão de que pode defender sua própria visão de mundo e respeitar opiniões opostas, desta forma se tornará capaz e poderá dominar com êxito as múltiplas formas de se comunicar, sem ignorar a variedade da própria língua materna. Faraco (2008, p.40) diz que a norma padrão precisa ser vista como “aquela que exige um grau de formalidade, que está relacionada com a cultura da escrita” e que não deve ser vista como um perfil linguístico imposto pela sociedade. A segunda questão da ficha contemplou a necessidade de respeitar a língua materna.

Tabela 02 – Visão dos alunos sobre da variação da língua

Colaboradores	Por que preciso respeitar a quem não segue a norma-padrão?
Aluno 01	<i>“Pois cada palavreado ou cada sotaque tem sua cultura e ninguém tem o mesmo jeito de falar”.</i>
Aluno 02	<i>“Porque não somos iguais cada um tem seu jeito e forma de falar”.</i>
Aluno 03	<i>“Porque não somos iguais, e não falamos iguais. Não existe falar errado ou certo, existe adequado e inadequado”.</i>
Aluno 04	<i>“Porque de alguma forma esse alguém não teve acesso a norma-padrão, ou se importa em está falando adequado ou inadequado, para muitos “tanto faz”.</i>
Aluno 05	<i>“Por que ninguém é obrigado a seguir a língua padrão, e a língua varia em cada região”.</i>

Fonte: Elaborada pela pesquisadora com base nas fichas

Partindo para a segunda pergunta, os alunos responderam que cada cidadão tem seu modo de se expressar, manifestam sua essência linguística e ainda, que a língua varia em cada região, portanto, os falantes não possuem uma linguagem unificada ratificando a necessidade de respeitar a identidade de cada um. Verificou-se que os alunos compreenderam as informações em torno da temática, mas suas atitudes são contrárias, uma vez que tratavam o dialeto da professora com desrespeito.

Na aula seguinte, houve um debate no qual a professora teve seu momento de fala e mais uma vez foi alvo de preconceito, só que dessa vez foi diferente, uma aluna olhou para o colega e disse: “Você sabe que a professora sempre fala assim, então por que tem essa atitude? Não estar vendo que está atrapalhando a opinião da professora?”.

Neste ocorrido foi possível perceber que por meio da oficina alguns alunos amadureceram suas concepções sobre o preconceito linguístico. O aluno que praticou a ação preconceituosa pediu desculpas e disse que sempre repetia o que a professora falava porque achava “lindinho”, mas que não tinha notado que estava interrompendo seu momento de fala.

Por isso, Bagno (1999, p.166) declara que “é preciso haver uma conscientização de que um falante nativo é um usuário competente de sua língua, ou seja, o conhecimento da língua é natural na sua vida social, faz parte dela”. Um indivíduo pode morar por anos em outro país, mas sempre vai carregar sua bagagem linguística do seu local de origem.

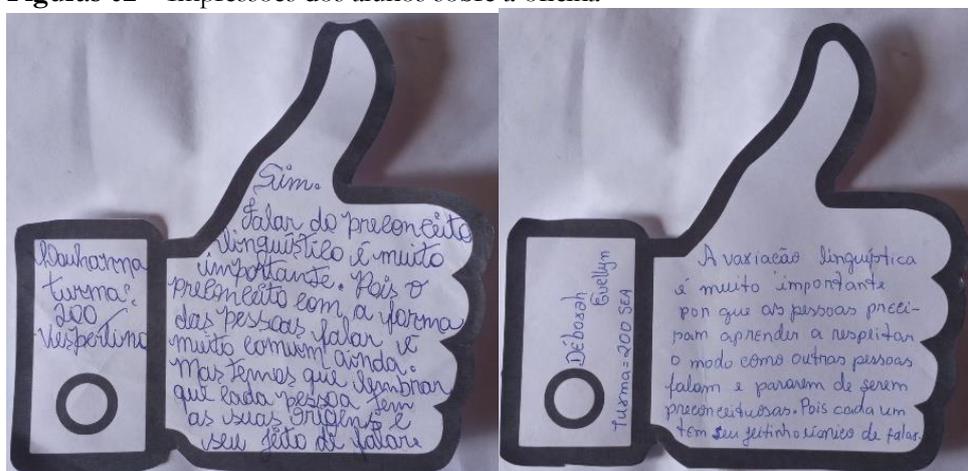
Com base nas fichas de perguntas foi possível averiguar que os alunos compreendem que respeitar a diversidade linguística é o principal meio de abolir o preconceito e que suas práticas não condizem com suas opiniões. A oficina fluíu de modo suave, foi possível identificar que os discentes estavam interessados em saber mais, o que culminou com a dinâmica de avaliação da aula.

4.3 Análise da “dinâmica do joinha”

Após a aplicação das fichas, foi iniciada a “dinâmica do joinha”, que teve o intuito avaliar a metodologia utilizada na atividade de intervenção, conforme o seguinte comando: mão com o polegar para cima indicava “curtiu”, mão com o polegar para baixo, “não curtiu”.

De acordo com Silva (2008, p. 83), as “dinâmicas são ações de curta duração que, ao fazer uso de uma técnica própria, específica, induz motivação e envolvimento”. Apresentam uma função importante, auxiliando no desenvolvimento do trabalho educativo dentro da sala de aula, despertando no aluno o interesse e o envolvimento com a atividade proposta pelo docente. As figuras abaixo trazem uma amostra dos resultados da “dinâmica do joinha”.

Figuras 02 – Impressões dos alunos sobre a oficina



Fonte: Elaborada pela pesquisadora com base na dinâmica do joinha

Todos os alunos avaliaram a oficina com um “curtiu” e suas justificativas foram surpreendentes, mostrando que compreenderam o assunto como o planejado. Foi possível notar que nas concepções deles, o preconceito linguístico era uma prática que não parecia ser uma discriminação, soava como brincadeira, sendo ainda muito presente no meio social que convivem.

As justificativas dos estudantes mostraram o quanto é importante tratar sobre a diversidade linguística em sala de aula, para que não ocorram comportamentos iguais aos que a professora do 2º ano sofreu, o que ratifica a importância de que os professores precisam inovar e trazer para dentro da sala as questões sociais em torno do ensino e aprendizagem da língua.

Dessa forma, é preciso falar mais sobre a valorização da variação linguística na sala, mostrar que cada dialeto tem em sua essência uma cultura que deve ser respeitada. O uso das dinâmicas para a análise pedagógica serviu como um recurso facilitador para a docente alcançar as visões de mundo dos alunos sobre o preconceito e valorização linguística, também se pode notar que o objetivo principal foi efetuado com excelência e com muita riqueza nos argumentos.

Por isso Bortoni-Ricardo (2012, p.39) reforça que “para ser efetivo em uma pedagogia linguística no ensino básico, é preciso que os professores aprendam a operacionalizar esses conhecimentos em seu trabalho pedagógico”. A professora ao se deparar com atitudes negligentes por conta de sua língua materna, não deixou esse comportamento se desenvolver

ainda mais, ou seja, notou o problema e resolveu tratá-lo com um método que os alunos pudessem notar o preconceito linguístico e os prejuízos causados pela discriminação.

É necessária, assim, uma educação igualitária que combata o preconceito linguístico, prática que pode prejudicar a relação professor/aluno e o processo de ensino e aprendizagem em sala, dificultando ainda a construção do pensamento crítico do discente frente aos fenômenos da linguagem.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo oportunizou compreender como o preconceito linguístico pode impactar nas vivências e nos métodos de ensino na escola. Compreende-se que o preconceito linguístico ocorre quando há discriminação ou desvalorização de certas formas de falar, o modo “certo” ou “errado” ou dialetos por parte dos professores, colegas de classe ou do sistema educacional em si.

Retornando ao questionamento no início da pesquisa, o desenvolvimento do preconceito pode, efetivamente, afetar no processo de ensino e aprendizagem dentro da sala de aula, visto que as atitudes preconceituosas da parte dos alunos podem diminuir e envergonhar o receptor da ação, neste caso o professor da turma, fazendo com que a docente se atrapalhe e não tenha a oportunidade de exercer sua função com êxito e excelência, prejudicando o desenvolvimento da aula.

Por meio desta pesquisa foi possível discutir sobre as manifestações do preconceito linguístico presente no contexto escolar que, por sua vez, fragmentaram a relação professor/aluno. Foram identificadas as situações de preconceito em sala de aula, nas quais se pode examinar como os alunos se comportam ao tratar do assunto com a sua realidade, de que forma fosse desenvolvida uma técnica mais apropriada para trabalhar sobre os níveis de linguagem com a turma, discutindo sobre questões socioculturais e de identidade que circulam no meio da diversidade linguística, para que os alunos amadureçam seu pensamento crítico com relação ao assunto.

Por meio desta pesquisa-ação foi possível notar que este tipo de preconceito vem aumentando intensamente a cada dia de uma forma inquietante na sociedade, portanto, é algo que deve ser freado. Na escola, além dos alunos, os professores são alvos de tal preconceito. Em algumas situações, essa diferença na fala resulta em práticas de discriminação e em casos mais graves ocasiona atos de agressividades e de bullying.

A razão desse tipo de preconceito é fruto da ignorância, da intolerância ou da manipulação ideológica (Bagno, 2009). O autor em questão ainda explica que os meios de comunicação e a própria escola são responsáveis por disseminar e intensificar o preconceito linguístico, quando valorizam a gramática normativa em detrimento da língua realmente falada pela população.

O docente necessita buscar metodologias que mostrem ao aluno que a língua materna é carregada de influências, ideologias e emoções. A língua padrão deve ser ensinada nas escolas para que os discentes dominem e apliquem esse conhecimento em determinadas situações de comunicação, mas sem excluir o conhecimento que cada cidadão expressa em sua forma de falar.

Todo indivíduo precisa conter em si conhecimentos que ampliam o próprio desenvolvimento social. É necessário respeitar a língua materna utilizada por cada pessoa, respeitar a cultura linguística, compreender que a língua nos representa enquanto seres históricos

e culturais. Isto significa que os falantes formam a língua e, por meio dela, definem-se como comunidade linguística.

Os resultados do estudo mostram que a variedade linguística quando se difere em determinado meio social, como ocorreu com a professora da turma do 2º ano, pode ser uma causa de preconceito linguístico, o que interferiu na relação entre a docente e os discentes, ratificando que essa prática deve ser extirpada nos contextos escolares e para além deles.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irlandé. **Muito Além da Gramática: por um ensino de língua sem pedras no caminho.** São Paulo, Parábola. 2007.

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz.** 52. ed. São Paulo: Loyola, 2009.

BAGNO, Marcos. **A língua de Eulália.** 16. ed., São Paulo: Contexto, 2010.

BORTONI-RICARDO, Stella M. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula.** São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Revista Práticas de Linguagem.** v. 2, n. 1, jan./ jun. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular: educação é a base, ensino médio.** Brasília: MEC/SEF, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental.** Brasília, MEC/SEF, 1998.

CAMACHO, Roberto C. **Norma culta e variedades linguísticas.** In Universidade Estadual Paulista. São Paulo: Cultura Acadêmica, 011, p. 34 – 49.

CAMACHO, Roberto C. **Sociolinguística.** Parte II. In: Mussalin, F. & Bentes, A. C. (orgs) **Introdução à Linguística.** Domínios e fronteiras. Vol. I. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

CURY, Augusto Jorge. **Pais brilhantes, professores fascinantes.** Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

FARACO, Carlos Alberto; ZILLES, Ana Maria. **Para conhecer norma linguística.** São Paulo: Contexto, 2017.

GÖRSKI, Edair Maria; COELHO, Izete, Lehmkuhl. **Variação linguística e ensino de gramática.** Florianópolis, 2009. Disponível em: <<http://www.uel.br/pos/ppgel/pages/arquivos/10749-39705-1-PB.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2023.



LEWIN, K. **Problemas de dinâmica de grupo**. São Paulo: Cultrix, 1978.

MOLLICA, Maria C.; BRAGA, Maria L. (Org.). **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

PETTER, M. **Linguagem, língua, linguística**. In: Fiorin, J. L. (org). **Introdução à Linguística I**. São Paulo: Contexto, 2002.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e técnicas da pesquisa do trabalho acadêmico**. 2ed.-Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolinguística**. São Paulo: Ática, 1994.

TERRA, Ernani. **Linguagem, língua e fala**. São Paulo: Scipione, 2008.

VÁSQUEZ CUESTA, Pilar; MENDES DA LUZ. **Gramática da Língua Portuguesa**. 2.ed. São Paulo.

VIEIRA, Elaine; VOLQUIND, Lea. **Oficinas de ensino: O quê? Por quê? Como?** 4. ed. Porto Alegre: Edípucrs, 2002.

